

A SOCIOLOGIA QUANDO "SAI" DA UNIVERSIDADE: ILUSTRAÇÕES PARA UM DEBATE*

*Adelia Miglievich***

Resumo: O artigo insere-se na discussão recente acerca da sociologia das profissões, enfocando as possibilidades e limites da sociologia constituir-se em um campo legítimo de produção e difusão de conhecimento no mercado de trabalho não-acadêmico. A partir do reconhecimento do sucesso da institucionalização das Ciências Sociais em universidades, associações e publicações científicas, busca-se, aqui, observar o desafio contido na proposta do cientista social vir a ser requisitado, como profissional detentor de competências específicas que o distingue das demais carreiras, por instuições relativas à pesquisa, assessoria e planejamento. Tomou-se como estudo quatro entidades de caráter civil na cidade do Rio de Janeiro de expressão nacional focalizando a prática de contratação deste profissional.

Palavras-chave: Ciências Sociais; ethos profissional; sociologia das profissões.

APRESENTAÇÃO

A noção de institucionalização do saber mediante uma comunhão de interesses entre semelhantes traz à tona a idéia de *comunidade* ou mesmo *campo*, na concepção fartamente utilizada por Bourdieu¹. Em que pese as peculiaridades deste conceito, preserva-se a possibilidade de através dele se pensar o saber como atividade humana, presente em todas as sociedades, de maneira que o saber científico deve ser, também, entendido sob este ponto de vista. Significa postular, em outros termos, que a ciência ganha realidade em um contexto específico no qual se desenvolvem mecanismos que garantem a sua reprodução legítima. Associar ciência a poder não implica dirimi-la de seu caráter explicativo e objetivo acerca dos fatos, mas situá-la no mundo concreto onde a cultura, portanto, a ciência, também pode ser tomada como objeto sociológico.

"As Ciências Sociais são um conhecimento específico tanto pela sua constituição intrínseca como pelo fato de que a possibilidade de elaborá-las está definitivamente associada à existência de um grupo social e a um tipo de sociedade. Pode-se distingui-

* Este artigo resulta da dissertação de mestrado apresentada ao IUPERJ, sob a orientação do Professor Edmundo Campos Coelho. Registro aqui mais uma vez meu agradecimento à sua pessoa. Agradeço igualmente à Professora Glaucia Villas Boas (IFCS-UFRJ) a quem devo o estímulo de trazer esta reflexão para um debate mais amplo.

** Mestre em Sociologia/IUPERJ; doutoranda PPGS/IFCS/UFRJ.

1 Cf. Bourdieu, P. 1976.

las, primeiro, por integrarem o que se denomina conhecimento erudito, saber tradicionalmente constituído por estudos aprofundados e sistemáticos de um determinado assunto. O conhecimento erudito pressupõe a formação e o treinamento de um corpo de estudiosos (...) Os cultores do conhecimento erudito formam assim um grupo privilegiado, pois elaboram e possuem um saber prestigiado que não é acessível a todos”².

Assim sendo, a ciência institucionaliza-se através de uma *comunidade*, precisamente, a comunidade científica, na qual, trabalhadores intelectuais coordenam seus respectivos trabalhos mediante associações capazes de legitimar a sua prática. A comunidade científica encontra seu respaldo na coesão de interesses e ideais, na obediência às mesmas normas, na conformação aos mesmos valores. Tais valores podem ser traduzidos no fato do homem de ciência *respirar* o universalismo – intersubjetividade – e o ceticismo – a dúvida e a possibilidade de refutabilidade do conhecimento – como condicionantes de sua própria *vocação*. Ainda que Bourdieu observe as disputas e os conflitos que ganham visibilidade na comunidade científica, enfatiza as estratégias pelas quais o conflito torna-se benéfico de modo a não colocar em xeque a preservação mesma da comunidade.

Merton³ acrescenta que, quer como conjunto de métodos singulares através dos quais os conhecimentos são comprovados, quer como acervo de conhecimentos provenientes desses métodos, quer como conjunto de valores e costumes culturais que governam a produção de conhecimento ou ainda como a combinação dos itens anteriores, o *ethos* da ciência consubstancia-se na forma de prescrições, proibições, preferências e permissões legitimados a partir dos valores institucionais, os quais, por sua vez, são assimilados – em graus diferenciados – por cada cientista. É a possibilidade de se falar em “consciência científica” ou “superego científico” que permite a existência da ciência.

As ciências sociais não se furtaram, pois, de constituir, também, o seu *ethos* científico. A trajetória mesma deste conhecimento no Brasil é exaustivamente reconstituída por expressivos nomes das ciências sociais brasileiras contemporâneas⁴ num esforço de se manter viva a memória intelectual do País. Assim, foi possível observar o sucesso com que as ciências sociais se estabeleceram como um campo de saber institucionalizado na produção cultural brasileira.

Às primeiras obras sobre a sociedade e a cultura brasileira, somaram-se, ao longo deste século, um conjunto notável de pesquisas, publicações em livros ou revistas especializadas, assim como uma significativa participação na solicitação de recursos a agências de fomento. A institucionalização do ensino e da pesquisa mostrou-se um projeto bem-sucedido em comparação aos demais Países latino-americanos a contar pelo fato de que o Brasil possui, atualmente, cerca de 13 mil estudantes de graduação num total de 87 cursos da rede pública e

2 Villas Bôas, G. K., 1992, p. 6.

3 Merton, R. K., 1979.

4 Cf. Miceli, S (org), 1989; 1995. Peirano, M., 1992. Villas Bôas, G. K., 1992. Corrêa, M., 1987.

privada, além de 54 programas de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, com 2236 alunos⁵.

Contudo, a indagação que percorre a reflexão que segue está em observar que o sucesso na constituição de uma disciplina acadêmico-científico pareceu excluir a pretensão de garantir ou ainda criar um espaço profissional para os detentores deste saber específico na esfera não-acadêmica. Em linhas gerais, os portadores do diploma de bacharel em sociologia ou ciências sociais, cuja identidade profissional assim se manteve, construíram uma carreira rigorosamente acadêmica com o prosseguimento de sua formação através dos cursos de pós-graduação no País ou no exterior. Raras e honrosas exceções inseriram-se em instâncias não-acadêmicas sem que, para isso, tenham aberto mão de sua competência especial na prática de pesquisas sociológicas. Tais figuras não traduzem, porém, um movimento institucional das ciências sociais resultando suas experiências de iniciativas isoladas.

A tese aqui defendida está na identificação de um desafio, senão inédito pelo menos suficientemente perturbador: apesar do esforço inegável e bem-sucedido de se reproduzir os quadros acadêmico-profissionais nas universidades atraindo a continuidade da produção do conhecimento, cientistas sociais brasileiros vêm-se “embaraçados” quando da perspectiva de ingressarem, como categoria, no mercado de trabalho não-acadêmico. Ao mesmo tempo, este mercado vem, a seu modo, demandando quadros de alta qualificação numa seara que, se assim quisermos, poderia vir a ser preenchida por egressos de nossos cursos, o que, de resto, obriga-nos a rediscutir a temática da profissionalização nas ciências sociais.

A ascensão de sociólogos a cargos de alto escalão no governo, a maior presença do sociólogo em projetos governamentais de um modo geral, a demanda por pesquisadores, consultores e assessores com uma prática de metodologia do trabalho científico e uma formação em ciências humanas no Poder Público, ONGs e empresas privadas de múltiplas abrangências cuidam de redesenhar o universo de ação do cientista social nos anos 90⁶.

Nesse sentido, mais do que um retomar o dilema acerca de que “cientista social queremos?”, busca-se aqui averiguar que cientistas sociais temos de fato abrindo frentes de trabalho nas mais variadas instituições da sociedade, assim como, questionar o peso de suas respectivas inserções no processo de (re)condução das ciências sociais no Brasil.

5 Villas Bôas, G. K. Tradições sociológicas e contextos nacionais: o caso da sociologia alemã no Brasil. Projeto integrado CNPq/ As interpretações da cultura e o caso da nacionalidade. (mimeo).

6 A pesquisa que subsidiou este paper restringiu-se a investigar a categoria dos sociólogos, ainda que, na graduação, três das quatro faculdades (UFRJ, UFF, UERJ, PUC) formadoras deste profissional usem o termo genérico “cientista social” que contempla, além da Sociologia, também a Antropologia e a Ciência Política, deixando para o Mestrado a incumbência da especialização. O universo da pesquisa, pois, referiu-se a cientistas sociais com pós-graduação em Sociologia ou cientistas sociais de formação – sem pós – que, entretanto, optaram por concentrar-se na área de Sociologia.

A SOCIOLOGIA COM ATIVIDADE PRÁTICA

As demandas existem mas desorganizadas. Nada garante, pois, que serão respondidas, necessariamente, pelos novos cientistas sociais, egressos dos cursos de graduação. Por outro lado, a formação universitária que se incumbem de fornecer *status* diferenciado para o iniciante que pretende a carreira acadêmica e aquele que tem acesso a cargos na não-academia contribui para que estes mesmos postos venham a ser ocupados, a despeito do cientista social, por economistas, educadores, assistentes sociais, bacharéis em Direito, jornalistas ou mesmo profissionais das ciências naturais ou exatas que, por trajetória de vida, desenvolvem certas competências específicas.

Não se pretende aqui afirmar que a Sociologia tem um mercado com "portas abertas". Ao contrário, a investigação realizada, mediante entrevistas com sociólogos que exercem sua atividade profissional em instituições que não têm como finalidade última a produção e disseminação do conhecimento, dá-nos o senso da realidade.

Foram selecionadas, no Rio de Janeiro, 4 (quatro) instituições não-governamentais e sem fins lucrativos de visibilidade no cenário da cidade, que não apenas absorvem em seus quadros sociólogos como observam esta especificidade profissional na celebração de seus contratos. Os sociólogos, pois, passam a se inserir nos departamentos e coordenadorias de pesquisa, consultoria e assessoramento nas distintas entidades que vêem a produção sistematizada de conhecimento como atividade-meio para a consecução de seus diferentes objetivos.

A saber, optou-se pela investigação acerca da presença dos sociólogos no IBASE (Instituto Brasileiro de Análises SocioEconômicas); FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional); IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e SENAC-DN (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Departamento Nacional). Os dois primeiros fóruns aproximaram-se por tratar-se de ONGs de destaque na conjuntura nacional. Por sua vez, o Departamento Nacional do SENAC – *locus* absolutamente diferenciado dos anteriores – ganha destaque por seu caráter "híbrido" – aspecto público e privado – cuja função é subsidiar o desenvolvimento do sistema de cursos profissionalizantes em todo o Brasil mediante a interlocução com os SENACs – regionais responsáveis diretos pela realização dos cursos. Por fim, o IBAM, sociedade civil sem fins lucrativos que visa à prestação de serviços de capacitação e consultorias, entre outros, ao Poder Público Municipal, cujas Prefeituras mantêm parceria com a instituição. Possui ainda, como fonte de recursos, os projetos em convênio com entidades federais ou mesmo internacionais que perseguem, igualmente, o fortalecimento do poder local.

Foram entrevistados 21 (vinte e um) sociólogos assim distribuídos: 6 (seis) do IBASE; 6 (seis) da FASE; 5 (cinco) do SENAC-DN; 4 (quatro) do IBAM, os quais correspondiam a mais de 70% dos profissionais desta área nas respectivas instituições.

A amostra de entrevistados evidenciou os múltiplos perfis. Foram entrevistados homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, etnias, histórias de vida, oriundos de universidades diferentes, em épocas de formação também distintas, titulação acadêmica variada (do bacharel ao doutor), tempo de instituição e cargos diversificados. Pôde se desenvolver, a partir dos dados coletados, algumas reflexões acerca da sociologia como atividade prática requerida no mercado não-acadêmico.

O sociólogo é um profissional liberal que, como tantos outros, vende seus serviços. A sociologia, vista como área de conhecimento que supõe uma aplicação ou intervenção na realidade, avaliza os sociólogos, como profissionais qualificados, para o exercício de inúmeras atividades como a pesquisa aplicada, a elaboração de diagnósticos, a proposição de pautas político-organizacionais, o assessoramento e capacitação de movimentos sociais, a sistematização de informações. Nesta condição, o sociólogo adquire seu “passaporte” de ingresso na tecnoburocracia instalada na administração pública, empresas estatais e privadas bem como também nas chamadas ONGs.

O desenvolvimento das universidades americanas, já em fins do século passado, contribuíra para o desenvolvimento das “pesquisas sociais” e, conseqüentemente, para a formação de um novo perfil do sociólogo. À época, industriais e legisladores estaduais aprovaram verbas para o ensino superior na expectativa que este qualificasse técnicos competentes na elaboração de análises e proposição de soluções em face das questões sociais prementes. O Departamento de Sociologia da Escola de Chicago, por exemplo, debruçou-se, de modo objetivo, sobre os problemas locais, enfocando a criatividade dos indivíduos na solução de impasses, os limites e alcances da “mudança social” e, sobretudo, o potencial de ação dos movimentos sociais, expressão mais criativa dos processos humanos.

Guardadas as devidas proporções, os 21 (vinte e um) sociólogos estudados parecem guiar-se pela proposta de Chicago. Percebem suas respectivas inserções como uma forma de proximidade da realidade circundante bem como uma possibilidade efetiva de aliar o saber à consecução das mudanças pretendidas. O sociólogo na “não-academia” está, assim, mais vinculado ao local real das decisões políticas ou político-institucionais. Inexistindo a autonomia como um valor a ser perseguido pelos cientistas, os sociólogos não dissociam, em momento algum, o conhecimento que elaboram do serviço à empresa ou a grupos aos quais se aliam. É significativo que a substituição do valor autonomia do conhecimento por aplicabilidade do mesmo não tenha, na concepção do lado “não-acadêmico”, as conotações perniciosas que, nas universidades, comumente se atribui ao trabalho direcionado para um cliente em específico. Ao contrário, é fator de auto-valorização a maneira como, nestes fóruns, o sociólogo é capaz de aliar a sua formação acadêmica às questões urgentes que a prática lhe impõe, conforme se pode constatar nos depoimentos abaixo⁷:

7 Os depoimentos foram coletados mediante entrevistas com roteiro, gravadas. Os informantes – na totalidade, sociólogos – atuavam profissionalmente, em pesquisa, planejamento e/ou assessoramento, em 4 (quatro) institui-

“A coordenadoria de Planejamento e Avaliação do SENAC/Departamento Nacional sempre teve um trabalho muito vinculado aos departamentos regionais que existem em todos os Estados e territórios do Brasil, exceto em Roraima. A Coordenaria foi uma precursora na discussão das inovações tecnológicas e do impacto sobre o mundo do trabalho. Estas reflexões estão sendo feitas pela equipe desde 81. O Departamento Nacional coordena o plano de ação do SENAC que é discutido com os regionais, a partir do qual eles criam os seus planos mais operacionais (...). O CPA discute, também, questões mais amplas que abrangem políticas públicas.

Eu represento o IBASE no Conselho Estadual da Defesa da Criança e do Adolescente – órgão com representação paritária: Estado e instituições da sociedade civil. A meta do Conselho é a formulação de políticas na área de infância e adolescência no Estado do Rio de Janeiro.

Eu trabalho no Programa Popular Urbano da FASE-Rio. Atuo junto aos movimentos populares e acompanho as políticas de moradia do Rio de Janeiro. Assessoro, também, o Comitê Público de Saneamento e participo da construção do fórum de reforma urbana.

Meu cargo é de assessora técnica, quer dizer, sou pesquisadora e consultora no IBAM. Concentrei-me na área de Habitação Popular e Participação Popular em Planejamento Urbano mas, como socióloga, sou consultora para projetos de outros núcleos como os de ‘Saúde’, ‘Mulher e Políticas Públicas’, ‘População de rua’ etc. (...) Acabei de fazer um trabalho dentro de um projeto financiado pelo IPEA. Assumi a parte referente à municipalização da habitação e saneamento”.

A atividade prática só é alvo de críticas quando a esta se associa a exigüidade de tempo para que os sociólogos possam amadurecer seus instrumentais de coleta e análise de dados. O tempo é o principal inimigo do *intelectual-técnico* – leia-se o sociólogo sob a capa de “técnico social”⁸ – que acaba por abrir mão de uma interlocução mais profícua entre os pares por força dos prazos rígidos na realização dos trabalhos. Nesse sentido, demonstram um saudosismo do *locus* universitário onde incluíam-se na própria concepção de pesquisa as horas dedicadas às leituras e aos debates. Definitivamente, os “técnicos sociais” não encontram, e sequer esperam, em seu ambiente profissional o estímulo ao amadurecimento teórico. Paradoxalmente, são coesos em admitir que, mais do que nunca, o potencial intelectual vem sendo requisitado também no meio não-acadêmico, a começar pela importância inédita da titulação acadêmica em processos seletivos ou promocio-

ções: SENAC (entidade privada subordinada à Confederação Nacional do Comércio); IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal – instituição mantida por Poderes Locais que têm nela o atendimento às suas demandas, sobretudo, no que se refere à qualificação de seu corpo tecnoburocrático); FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – ONG); IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – ONG). Importa salientar que, do ponto de vista da descrição das atividades, por parte dos sociólogos, estas sofreram alterações uma vez que a pesquisa foi realizada em 93. Atualmente, as quatro instituições sofreram um processo de reestruturação. O propósito dos depoimentos, contudo, restringe-se à observação da ênfase na “atuação efetiva” do sociólogo em face das demandas sociais. Nisto, a reformulação dos programas não constitui fator de mudança na auto-percepção do profissional.

8 Em todas as instituições investigadas, é expressivo que o cientista social seja identificado como “técnico social” e identifique a si próprio com esta nomenclatura. No SENAC, observa-se um pequeno diferencial no sentido de que os sociólogos entrevistados assinavam seus contratos como “técnico nível de assessoramento”.

nais. Contudo, o esforço em conciliar ambas as competências – teórica e de ação – traduz-se numa estratégia individual, raramente assumida em suas conseqüências pela Instituição que não possibilita nenhuma margem de flexibilidade para seu funcionário em processo de formação – mestrado ou doutorado. Se, por acaso, o horário fixo vem a ser “negociado”, fato não identificado na totalidade dos casos estudados – isto não implica uma amenização nas cobranças e nos prazos a cumprir.

“Quanto à dupla inserção de seus funcionários, no nível de intenção, é ótimo, mas há uma demanda intensa de trabalho que dificulta. A flexibilidade de horário é dialogada, os pesquisadores são liberados para assistir às aulas, defender um trabalho ... nada formalizado. Pretende-se colocar essa flexibilidade no regimento interno como política institucional de investimento em seus quadros, para não ficar parecendo favor ou acordo tácito”.

Somada à dificuldade de conciliação entre a pós-graduação e o cotidiano institucional – apesar de que, conforme registrado, a mesma entidade venha, num momento posterior, a privilegiar o detentor do título mais elevado – a indefinição nas atribuições do sociólogo também traz insatisfações para a categoria.

A profissão já repousa sobre uma área de conhecimento cujas fronteiras em face das demais disciplinas são, peculiarmente, frágeis. Soma-se a isso, o fato de ter como “objeto” um *material* de difícil manipulação – o decantado “objeto que fala” – incorrendo, pois, em uma relativamente alta taxa de subjetivismo.

“(…) há um grau considerável de indeterminação nas descobertas dos cientistas sociais, na medida em que elas influem sobre as ações projetadas (...). As alternativas elaboradas pelo cientista social, muitas vezes, não têm e, algumas vezes, não podem ter a autoridade de prognósticos fidedignos adequados ao fim que se tem em vista. O conhecimento especializado, neste caso, consiste mais em reduzir os erros palpáveis de julgamento. Tal indeterminação possivelmente sublinha a ambivalência da desconfiança ou da expectativa esperançosa que se tem para com o cientista social em sua qualidade de conselheiro”⁹.

Como se o caráter específico das ciências sociais não bastasse, os cientistas sociais, por sua vez, restringem-se a organizar-se no âmbito acadêmico, fazendo-o com sucesso. Entretanto, o apuro que os direciona no sentido de se mobilizarem em associações e grupos científicos, é negligenciado por completo quando se observa a sociologia como uma profissão tal como a advocacia, a arquitetura, a engenharia, o jornalismo etc.

Uma vez entendendo a “comunidade profissional” como caracterizada pela união de seus membros por um sentido de identidade comum; pela suposição de que é ela o *status*, normalmente, definitivo do indivíduo; pela comunhão de valo-

9 Merton, R. K., 1970, p. 288.

res; por um grau razoável de consenso acerca da inclusão e exclusão no grupo; pela uniformidade de linguagem, compreendida apenas parcialmente pelos de fora; pela existência de uma área comum de atuação; pela prevalência da *comunidade* sobre os membros individuais; pela definição de limites suficientemente claros dentro dos quais os atores se movimentam; pelo controle do processo de formação e treinamento dos futuros profissionais¹⁰, seremos levados a perceber a fluidez do campo profissional do sociólogo.

A profissão é regulamentada. O Estado concedeu seu reconhecimento legal na Lei 6.888 de 10/12/80, seguida do Decreto 89.531 de 05/04/84¹¹. Entretanto, não se legislou acerca do teto máximo de carga-horária da ocupação do sociólogo em seu local de trabalho; da criação de "escolas" para "treinamento" e/ou cursos universitários; e, sobretudo, acerca de seu "território profissional" que implicaria o incentivo à reserva de mercado, tão comum em se tratando de outras profissões. Soma-se a isso, a inexistência de um Código de Ética em face do qual "maus" profissionais deveriam submeter-se a julgamentos por seus pares¹².

Por outro lado, a citada Lei 6.888/80 peca por sua imprecisão ao determinar que ao sociólogo cabe, além do ensino de Sociologia, também:

"(...) elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social, seja ao nível de assessoria ou consultoria, seja participando daquelas atividades em órgãos públicos, de administração direta ou indireta, ou entidades privadas"¹³.

Cunha Marinho indaga acerca do significado de "trabalhos atinentes à realidade social", apontando para a dificuldade de distinguir as atividades do sociólogo daquelas dos economistas, juristas, assistentes sociais, educadores, psicólogos, comunicólogos, historiadores etc., todas a lidar com o "social".

Atenta-se, aqui, para o caráter multiparadigmático das Ciências Sociais, a natureza frágil de sua integração teórica – características não necessariamente negativas, apenas em se visando à consolidação do "campo profissional" – o baixo grau de comprovação para suas proposições, o "caos" conceitual e a ainda pouca cumulatividade da pesquisa, tomando como parâmetro as demais áreas do saber¹⁴.

É sabido que o monopólio e direito de autogoverno por parte de uma profissão são conquistados por força do licenciamento concedido pelo Estado. É, em suma, o poder de Estado que garante às profissões o exclusivo direito de arbitrar sobre sua especialidade. Em outros termos, é este que cria os critérios de forneci-

10 Goode. Apud. Oliveira Barbosa, M. L. de., 1992.

11 Brasil. 1980 e 1984.

12 Moore, W. Apud. Cunha Marinho, M. J. M. da., 1987.

13 CIEE. Apud. Cunha Marinho, Op. Cit., p. 93.

14 Schwartzman, S. Apud. Cunha Marinho. IBID.

mento de diplomas, autoriza as associações profissionais e regulamenta o exercício da profissão.

Se, de um lado, verifica-se um texto de regulamentação na forma de Lei redundante e, sobretudo, indefinido; por outro, percebe-se o desconhecimento da sociedade – refletido no mercado de trabalho – em torno das “competências” do sociólogo. Tal desconhecimento permite a ascensão de um sentimento de “desca-so” ou mesmo “resistência” para com o aproveitamento do sociólogo em quadros institucionais. Acrescenta-se a dificuldade do próprio sociólogo em “brigar” por seu espaço, sendo este híbrido, o que inviabiliza a construção de um *ethos* corporativista na “não-academia”.

“No meu caso, eu tenho dificuldade de dizer para você se o que eu ‘inventei’, se o que eu fiz na minha prática, foi algo que tenha a ver com a Sociologia, com a minha formação acadêmica ou com a minha percepção como cidadão que interage no ambiente social.

O que faz a Sociologia? Depende da inserção do sujeito: pesquisa, academia, política ... Não existe a atividade da Sociologia em abstrato, própria dela. O sociólogo, basicamente, atua em pesquisas, análises, intervenção ... O sociólogo não tem uma identidade no IBASE. Ele cumpre o mesmo papel de outros pesquisadores.

Eu confesso que acho meio burocrático definir a atividade do sociólogo. Eu, essencialmente, tendo a ver o sociólogo como um observador crítico da sociedade ... O sociólogo cumpre um pouco o papel de desvendar a lógica – se é que existe lógica – do convívio social ...

Não há clareza do que é o sociólogo. O sociólogo pensa a realidade social, mas isso não implica um viés sociológico tão específico e tão diferente dos demais enfoques. Eu não tenho uma preocupação corporativista, de mapear fronteiras. Nas ONGs, a confusão é maior porque o sociólogo atua em diferentes dimensões.

Sociólogos assumidos só existem três aqui ...

Não se contratam especificamente sociólogos. Uma pessoa é contratada em função de suas habilidades, qualquer que seja sua formação de origem.

Não precisa ser sociólogo para atuar na FASE. As atividades são interdisciplinares. O que interessa é a especialização temática do técnico: sindicalismo, questão rural ...

Não há um ‘trabalho do sociólogo’.

Não existe um campo específico para a sociologia fora da Academia, mas o sociólogo traz uma série de conhecimentos que podem ser aplicados em vários tipos de atividades. Nunca gostei da idéia do sociólogo ficar na ‘torre de marfim’. Entretanto, o mercado de trabalho é difuso e o ‘sociólogo do mercado’ acaba fugindo de sua formação.

Eu nem sei mais se sou socióloga. Se eu for à ANPOCS, é lógico, eu vou conhecer as pessoas da minha geração, que se formaram comigo, mas meus pares, hoje, não são sociólogos”.

Interessa salientar que, dentre os 21 (vinte e um) sociólogos entrevistados, apenas 1 (um) define seus pares/interlocutores como pertencentes à categoria dos sociólogos. Os demais, mesmo quando incluem um colega oriundo da mesma formação acadêmica, tendem a enfatizar uma série de outros profissionais: bacharéis em Direito; arquitetos/urbanistas; educadores; filósofos; economistas; analistas de

sistema; estatísticos; historiadores; psicólogos; geógrafos; administradores; médicos; assistentes sociais. Sem mencionar os interlocutores externos à Instituição: “educadores de rua”; trabalhadores rurais; Igreja; Governo; movimentos sociais; associações de moradores; organismos internacionais; órgãos públicos; ONGs etc.

Com um leque tão diversificado de interlocução ganha-se e perde-se: enriquece-se com a articulação com os movimentos sociais, por exemplo, e perde-se com a troca assistemática ou quase inexistente com colegas que poderiam contribuir no aprofundamento dos temas de pesquisa. De fato, a nova configuração dos “pares” sublima a relevância da troca entre sociólogos. Não se percebe, de um modo geral, que a excessiva proximidade das audiências externas bem como o círculo reduzido de pares/concorrentes (outros sociólogos) acabam pondo em xeque a própria identidade do sociólogo e conseqüente autonomia da Sociologia.

A ausência de corporativismo nem sempre é detectada como negativa para o entrevistado. Contudo, ao se referir às possibilidades de inserção do profissional sociólogo, é possível reconhecer que muitos problemas identificados relacionam-se, diretamente, à fragilidade na constituição do campo na “não-academia”.

“A primeira coisa que uma pessoa pergunta para você quando você diz que faz Sociologia é: ‘o que é o sociólogo?’. Ninguém sabe ... perguntam se é assistente social. Há um desconhecimento muito mais do que uma resistência. As pessoas não sabem o que o sociólogo faz. Nós mesmos temos dificuldade em saber, quanto mais os outros. Mercado de trabalho para o sociólogo? É uma piada ...
A Academia é, por excelência, o mercado de trabalho do sociólogo”.

Existem sociólogos no mercado “não-acadêmico”, embora não em número significativo. Existe mercado, ainda que não plenamente descoberto – “em potencial” – a ser explorado. Instável, certamente, mesmo por que descrevemos uma profissão indefinida, com diversificados “raios de ação” mas sem “território profissional”.

Conquistar espaços, “provar” a “utilidade” de sua formação universitária na realização de atividades executadas fora da Academia é tarefa não tão simples. O sociólogo, de fato, cria necessidades para a sua atuação, “convence” a Instituição da relevância de sua inserção. Trata-se da entrada em outro campo – distinto do acadêmico – cujos critérios de controle (prestígio, competência etc.) não coincidem com aqueles ditados na instância acadêmica. Em poucas palavras, estar na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais) fornece “status” perante seus pares da Academia mas não lhe garante a vaga numa seleção para trabalho em alguma empresa. Por vezes, é um atributo prejudicial que o torna vulnerável ao diagnóstico: “Este candidato é acadêmico demais. Não irá se adaptar à nossa rotina”.

Importa frisar que o imaginário que perpassa a “não-academia” é o de que o acadêmico (bacharel, mestre, doutor, com vasta experiência no cenário universitário) não possui capacidade organizacional por tratar-se de um “idealista”; é lento

em suas produções, dada a não preocupação com prazos; não sabe negociar financiamentos – “vender” serviços e produtos pois sempre teve tudo “à mão”; não se adapta a horários rígidos; não escreve com clareza para o público em geral; enfim, não “cabe” no perfil institucional.

Não se discute aqui a validade ou não de tais julgamentos, porém, esta pesquisa permitiu observar que os sociólogos na “não-academia” lutam, constantemente, contra um grande número de (pre)conceitos, de modo que nem todos chegam ao patamar no qual não mais é alvo de “desconfianças”. Contudo, neste momento, ele passa a ser “suspeito” para a Academia. A dupla inserção (academia/não-academia) é, por sinal, outra “conquista”, uma vez que nem todos conseguem angariar respeito intelectual, simultaneamente, em ambos os fóruns, em que pese possíveis discursos de negação ao estilo de “essa diferença não existe”. Obviamente, há os que conquistam tal patamar. No Rio de Janeiro – onde centramos nossa análise – alguns exemplos significativos de pioneirismo na “empreitada” são: José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ e FASE); Otávio Velho (Museu Nacional/UFRJ, FASE, ISER); Regina Novaes (IFCS/UFRJ, CEDI, ISER); Ana Clara Torres (IPPUR/UFRJ, FASE); Rubem César Fernandes (Museu Nacional/UFRJ, ISER, IBASE); Vanilda Paiva (Faculdade de Educação/UFRJ, CEMPLA, ISER) etc.¹⁵

A urgência em se aliar os atores Universidade, Poder Público e sociedade civil (ONGs; movimentos sociais; associações de moradores; Igreja; sindicatos; iniciativa privada, entre outros) em virtude das cobranças sociais que atingem as universidades e da escassez de verbas públicas a ela destinadas¹⁶ às quais se somam, por outro lado, a demanda por melhoria qualificacional dos quadros profissionais na “não-academia”, podem vir a remodelar o antigo quadro de incompatibilidade entre os perfis. Sinaliza Landim, para uma tendência à reforma, por exemplo, nos quadros das ONGs:

“Certamente, um dos temas das ONGs, atualmente, é, também, o da ‘qualificação técnica’, e a balança que pendia para o lado de ‘o que se é’ (trajetória de militância), por oposição ao de ‘o que se sabe’, no reconhecimento social da competência dos seus recrutados, começa a se mover. Diplomas escolares começam a contar, de modo mais assumido, enquanto capitais em alguns já complexos ‘planos de carreira’ elaborados nessas instituições. Claro, trata-se de movimento percebido nas ONGs mais estabelecidas e maiores do campo, as ‘cinco estrelas’ ”¹⁷.

Ontem, quem “entrava” nos Centros (não-acadêmicos) não eram jovens iniciantes em qualquer carreira. Todos tinham algum passado que os credenciava como aptos pela “vida” a pertencerem ao novo campo. A inserção significava que, em sua trajetória, o indivíduo valorizara a política e a militância – finais dos anos

15 Landim, L. A., 1993, p. 45.

16 Blundi, M. D. S., 1997.

17 Landim, L. A. Op. Cit.: 385. Os parênteses são meus.

60 – em detrimento das preocupações com o sucesso escolar e profissional que implicavam, para ele, a adesão à institucionalidade tão repudiada. Outras expectativas passaram, então, a conduzir sua história de vida de modo a tornar excludente a carreira universitária. Nesse sentido, tais centros abrigavam gente diversa, com carreiras interrompidas, prejudicadas, “ceifadas” em relação a investimentos em Universidades, Partidos e organizações políticas.

Hoje, não se pode mais caracterizar os quadros da “não-academia” da mesma forma. O que nascera de ativismos semi-voluntários, como anti-carreira ou como ocupação a que se aderira em épocas de “temporal” virara, com o passar dos anos, mercado de trabalho e profissão, com as conseqüências inevitáveis do “desencantamento”¹⁸. Tal constatação não contradiz a permanência de uma certa “desconfiança” em relação ao “intelectual acadêmico”. O privilégio por jovens recém-formados revela – como nas demais carreiras profissionais – a intenção de contratar aquele “sem muitos vícios”, em se tratando da Sociologia, vícios estes acadêmicos, o candidato mais adaptável às novas demandas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos 90 explicitam algo que não nos apanha de surpresa: as instituições de pesquisa vivem graves problemas financeiros. Em linhas gerais, há uma política nacional de “arrocho” para com as universidades públicas – centros, por excelência, da produção e disseminação do conhecimento – por outro lado, as universidades privadas – ainda que pressionadas pelo MEC no sentido de reverem a qualidade de seu quadro funcional – manifestam, ainda precariamente, esforços na área de pesquisa em função de fatores diversos. Em relação às empresas privadas, as pesquisas, assessorias e consultorias são bem-vindas se extremamente pontuais e com retorno imediato. No caso específico das ONGs, o período do *boom*, quando os financiamentos internacionais eram vultosos, já faz parte do passado, hoje, as mais sólidas sobrevivem às custas de freqüentes reavaliações de sua estrutura, redução do quadro funcional, parcerias e terceirização.

É possível vislumbrar esforços da Academia em trabalhar em conjunto com outras instâncias da sociedade civil (Estado; ONGs, iniciativa privada), assim como, percebe-se, do lado das ONGs, um movimento no sentido de não apenas crítica e negação da política estatal, mas de proposições concretas junto ao Poder Público, numa tarefa conjunta de organização da sociedade civil.

Academia e “não-academia”, de modo geral, foram obrigadas a reavaliar o perfil daqueles que nela se encontram inseridos. Toda mudança é lenta, sobretudo, no plano das representações, porém, revisões – não se trata aqui de apreciá-las em

18 Id. Ibid.

seu conteúdo ou eficácia – estão sendo feitas em ambos os campos, haja vista reformas curriculares, transformações radicais nos programas de Mestrado e Doutorado, enquanto, no mercado de trabalho, ganham importância novos requisitos para a contratação do profissional.

O sociólogo com titulação de Mestre ou Doutor tem mais chances de inserção, hoje, na “não-academia”. Por sua vez, o mestrando, doutorando ou professor deve saber lidar com a “não-academia” (IPEA, IBGE, Poder Público; ONGs; Instituições Privadas etc.) se pretende financiamentos para suas pesquisas, o que não implica renunciar a luta pela preservação político-financeira das universidades públicas.

É, nesse momento, que a auto-reflexão, e conseqüente auto-crítica, tornam-se mais freqüentes e emergenciais. Talvez, neste caso, estudos sociológicos sobre o ofício mesmo do sociólogo – e suas mutações – deixe de ser uma prática “narcisista” para se tornar estratégia de retomada de rumos institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *Le champ scientifique*. ACTES de la Recherche en Sciences Sociales, (2/3), jun. 1976.
- BRASIL. *Legislação Federal*. 1980 e 1984.
- BLUNDI, M. D. S. *O financiamento das ciências sociais no Rio de Janeiro: o caso da FINEP*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1997. Dissertação de mestrado.
- CORRÊA, M. *História da antropologia no Brasil (1930-1960)*. São Paulo, Vértice, 1987.
- CUNHA MARINHO, M. J. M. da. *A profissionalização da sociologia no Brasil*. DADOS. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IUPERJ, 30(2), 1987.
- LANDIM, L. A. *A “invenção” das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1993. p. 45. Tese de doutoramento.
- MERTON, R. K. “Os imperativos institucionais da ciência”. In: DEUS, J. D. de (org). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- _____. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970. p. 288.
- MICELI, S. (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice, 1989. v. 1.
- _____. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, IDESP/FAPESP, 1995. v. 2.
- OLIVEIRA BARBOSA, M. L. de. *Constituição e evolução no campo da Sociologia das Profissões*. ANPOCS, Caxambu, 1992. mimeo.
- PEIRANO, M. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília, UNB, 1992.
- VILLAS BÔAS, G. K. *Tradições sociológicas e contextos nacionais: o caso da sociologia alemã no Brasil*. Projeto integrado CNPq/ As interpretações da cultura e o caso da nacionalidade. mimeo
- _____. *A vocação das ciências sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. São Paulo, USP, 1992. p. 6. Tese de doutoramento.

Abstract: This article is on the recent discussion about Sociology of Professions, focusing the possibilities and limits of Sociology in trying to become a legitimate field of production and diffusion of knowledge in the non-academic work field. Recognizing the success of the institutionalization of Sociology in the universities, associations

and scientific publications, we try to observe the challenge contained in the proposal which says that the social scientist may be required, as the professional who has specific skills that distinguish him from other careers, by various institutions to do research, planning and to work as consultants. We study four civil entities (in Rio de Janeiro) of great national expression in what concerns the requirement of this professional.

Keywords: Social Sciences; Professional ethos; Sociology of professions.